



AGENDA LEGISLATIVA

19 A 23 DE MAIO DE 2025

CONGRESSO NACIONAL

Terça-feira (20/05)

CMMPV 1294/2025 - COMISSÃO MISTA - ALTERA OS VALORES DA TABELA PROGRESSIVA MENSAL DO IRPF / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, 14h30

Reunião - Tema: Instalação da Comissão e eleição de Presidente e Vice-Presidente.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLEN – PLENÁRIO / Plenário da Câmara dos Deputados

Terça-feira (20/05), 13h55

PL 3224/2024 - Institui a Campanha Nacional de Utilização Consciente da Tecnologia Digital, que se destina a incentivar o uso ponderado e responsável de jogos eletrônicos, redes sociais, programas computacionais, softwares, e similares conectados à internet ou a outra rede de comunicações, e dá outras providências. Item nº 6.

Explicação: Dentre outros, estabelece que os sites e aplicativos de jogos eletrônicos e de redes sociais deverão conter advertência sobre os riscos potenciais do uso excessivo da tecnologia digital em crianças e adolescentes. Além disso, prevê a aplicação de sanções pelo descumprimento das disposições.

Autor: Dorinaldo Malafaia (PDT/AP)

Relator: Duda Salabert (PDT/MG)

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa deste; do PL 3786/2024, e do Substitutivo da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CSSF).

PL 1663/2023 - Revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Item nº 17.

Autor: Fausto Santos Jr. (UNIÃO/AM)

Relator: Ossesio Silva (REP/PE)

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa deste, e do substitutivo da Comissão de Trabalho (CTRAB), e, no mérito, pela aprovação dessas proposições, na forma do substitutivo que apresenta.

Terça-feira (20/05)

PL108725 - COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DA AMPLIAÇÃO DA FAIXA DE ISENÇÃO DO IR E CRIAÇÃO DE MEDIDAS COMPENSATÓRIAS / Anexo II, Plenário 02, 09h30

Audiência Pública e Deliberação - Tema: Deliberação de Requerimentos e Audiência Pública.

Convidados:

- Marcos Barbosa Pinto, secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda (MF);
- Sérgio Wulff Gobetti, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);
- Gustavo André Muller Brigagão, professor de Direito Tributário da Fundação Getúlio Vargas; e

- Guilherme Klein Martins, professor de Economia da *University of Leeds* (UK).

REQ 4/2025 - Requer a realização de audiência pública para oitiva de especialistas e representantes de entidades sobre o Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que altera a legislação do Imposto de Renda. Item nº 4.

Convidados:

- Marcos Barbosa Pinto, secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda;
- Robinson Sakiyama Barreirinhas, secretário Especial da Receita Federal do Brasil;
- Vanessa Canado, professora e Coordenadora do Núcleo de Tributação do Insper;
- Everardo Maciel, ex-secretário da Receita Federal;
- Sérgio Wulff Gobetti, pesquisador do IPEA;
- Guilherme Klein Martins, professor de Economia da *University of Leeds* e pesquisador associado do MADE (Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da FEA/USP);
- Mário Sérgio Carraro Telles, representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Gilberto Alvarenga, representante da Confederação Nacional do Comércio (CNC);
- Representante da Frente Nacional de Prefeitos (FNP);
- Representante da Confederação Nacional de Municípios (CNM);
- Representante do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz);
- Representante da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf); e
- Representante da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca).

Autor: Arthur Lira (PP/AL)

REQ 5/2025 - Requer a realização de Audiência Pública para debater o PL 1087/2025, que “Altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências.” Item nº 5.

Convidados:

- Ramon Tomazela, representante da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP);
- Marcela Cunha Guimarães, representante da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (ACIUB);
- Anderson Trautman Cardoso, representante da União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (UNECS);
- Representante da *American Chamber of Commerce for Brazil* – AMCHAM (Câmara Americana de Comércio para o Brasil);
- Representante do Grupo de Estudos Tributários Aplicados (GETAP);
- Representante da *The British Chamber of Commerce and Industry in Brazil* – BRITCHAM (Câmara Britânica de Comércio e Indústria no Brasil);
- Representante da FECOMÉRCIO de São Paulo.

Autor: Joaquim Passarinho (PL/PA)

REQ 6/2025 - Requer seja ouvida Ângela Andrade Dantas Mendonça, Conselheira do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em audiência pública para debater o PL nº 1.087/2025. Item nº 6.

Autor: Júlio Cesar (PSD/PI)

REQ 7/2025 - Requer à Comissão Especial sobre a Alteração da Legislação do Imposto de Renda (PL 1087/25) o convite de especialista para Audiência Pública para debater a proposição. Item nº 7.

Convidados:

- Fernanda Cimbra Santiago, Procuradora da Fazenda Nacional;
- Eliane Barbosa da Conceição, professora do curso de Administração Pública da Unilab-CE;
- Carolina Gonçalves, Coordenadora de Justiça Social e Econômica da Comitê de Oxford para o Alívio da Fome-Brasil (Oxfam-Brasil);
- Andaléssia Lana Borges Câmara, Procuradora da Fazenda Nacional;
- Luciana Grassano de Gouvêa Melo, professora da UFPE e coordenadora do grupo de pesquisa Fórum Tributação e Justiça;
- Karoline Lins Câmara Marinho de Souza, Professora Associada do Curso de Direito da UFRN;
- Elida Graziane Pinto, Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo (MPC-SP);
- Carlos Eduardo Xavier, Secretário Estadual de Tributação do Rio Grande do Norte;
- Sérgio Wulff Gobetti, servidor público do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);
- Sergio André Rocha, diretor vice-presidente da ABDF;
- Pablo Georges Cícero Fraga Leurquin, Professor do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba e Líder do Grupo de Pesquisa em Direito Econômico e Desenvolvimento (GPDECO);
- Luíza Nassif Pires, professora do Instituto de Economia da Unicamp e co-diretora do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made);
- Pedro Linhares Rossi, economista chefe do *Global Fund for a New Economy* e fundador do Transforma Unicamp;
- Pedro Ferreira de Souza, Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);
- Laura Barbosa de Carvalho, diretora global de Prosperidade Econômica e Climática da *Open Society Foundations*; e

- Marcelo Medeiros, pesquisador do *International Poverty Centre* (UNDP), do Ipea e especialista em avaliação de políticas do TCU.

Autor: Natália Bonavides (PT/RN)

REQ 8/2025 - Requer que seja convidado o Presidente da ANFIP NACIONAL, Miguel Arcarjo Simas Novo, para participar como debatedor em audiência pública dessa Comissão Especial sobre alteração na legislação do Imposto de Renda. Item nº 8.

Autor: André Figueiredo (PDT/CE)

REQ 9/2025 - Solicita a inclusão de participante da audiência pública para discussão do tema: "Alteração da Legislação do Imposto de Renda". Item nº 9.

Convidado:

- Rogério Portugal Bacellar, presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg-BR) e da Confederação Nacional dos Notários e Registradores (CNR).

Autor: Zé Neto (PT/BA)

REQ 10/2025 - Requer informações à Excelentíssima Senhora Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento sobre as atividades de avaliação e monitoramento realizadas pelos órgãos competentes do Poder Executivo, com vistas a subsidiar as discussões sobre o Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que altera a legislação do Imposto de Renda com fundamento nos arts. 24, inciso V, 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Item nº 10.

Autor: Claudio Cajado (PP/BA)

REQ 11/2025 - Requer que seja convidado o Doutor em Direito Tributário pela USP e Professor do Instituto Brasileiro de Direito Tributário, Sr. Leonardo Aguirra de Andrade, para participar como debatedor de audiência pública desta Comissão Especial sobre alteração na legislação do Imposto de Renda. Item nº 11.

Autor: Tabata Amaral (PSB/SP)

GTCL - GRUPO DE TRABALHO DE CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS / Anexo II, Plenário 15, 13h40

Reunião Deliberativa - Tema: Instalação, apresentação do Plano de Trabalho do Relator, Dep. Duarte Jr. e votação de propostas legislativas

PL 2338/2023 - COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA QUE REGULAMENTA O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL / Anexo II, Plenário 14, 14h00

Reunião de Instalação e Eleição - Tema: Instalação da comissão e eleição do presidente e vice-presidentes

PL 2614/2024 - COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DECÊNIO 2024-2034 / Anexo II, Plenário 04, 14h00

Audiência Pública e Deliberação - Tema: Acesso, trajetória, conclusão e aprendizagem no ensino fundamental e no ensino médio - Objetivos 4 e 5 do PNE

Convidados:

- Anna Helena Altenfelder, presidente do Conselho de Administração do Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC);
- Hugo Silva, presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES);
- Talita Nascimento, representante do Todos pela Educação;
- Fernando Cássio, representante da Rede Escola Pública e Universidade (REPU);
- Rodolfo Canonico, representante da Associação de Desenvolvimento da Família (ADEF/Family Talks);
- Thiago Esteves, representante da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais;
- Fábio de Barros Correia Gomes Filho, ex-secretário Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação; e
- Helena Botelho Gomes, diretora Educacional da Associação de Olho no Material Didático

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS / Anexo II, Plenário 05, 14h30

PLP 154/2024 - Dispõe sobre a possibilidade de as microempresas e as empresas de pequeno porte, inclusive as optantes pelo regime do Simples Nacional, se constituírem como sociedades por ações, e sobre a participação de investidor-anjo no capital das microempresas e empresas de pequeno porte. Item nº 2.

Autor: Evair Vieira de Melo (PP/ES)

Relator: Professor Alcides (PL/GO)

Parecer: Pela aprovação deste, com emenda.

PLP 226/2024 - Altera a Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021, para ampliar o valor da receita bruta para empresas enquadradas como startups. Item nº 3.

Autor: Aureo Ribeiro (SD/RJ)

Relator: Kim Kataguiri (UNIÃO/SP)

Parecer: Pela aprovação.

CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO / Anexo II, Plenário 05, 16h30

Audiência Pública - Tema: Avaliação econômica e concorrencial dos impactos do [PL 2768/2022](#), que dispõe sobre a organização, o funcionamento e a operação das plataformas digitais que oferecem serviços ao público brasileiro e dá outras providências.

Convidados:

- Associação Latino-Americana de Internet (ALAI);
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea;
- Juliano Maranhão, Diretor Legal Grounds Institute;
- Ministério da Fazenda (MF);
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC);
- Mônica Fujimoto, Professora Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP);
- Sílvia Fagá, Sócia Ecoa Consultoria Econômica; e
- Victor Silva, Pesquisador da Universidade RadBoud.

Quarta-feira (21/05)

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / Anexo II, Plenário 13, 09h30

PL 2793/2024 - Institui o Programa Nacional de Apoio à Pesquisa (Pronap) e o Fundo Nacional de Apoio à Pesquisa (FNAP), mecanismos de apoio à inovação e à pesquisa científica e tecnológica que facultam às pessoas físicas e pessoas jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda, a título de doações para o referido Fundo. Item nº 5.

Explicação: Institui o Pronap, com o objetivo, dentre outros, de incentivar a descentralização das atividades de ciência, tecnologia e inovação.

Autor: Waldenor Pereira (PT/BA)

Relator: Carla Dickson (UNIÃO/RN)

Parecer: Pela aprovação.

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / Anexo II, Plenário 10, 10h00

Reunião de Comparecimento de Ministro(a) - Tema: Ministro da Educação, Camilo Santana, presta esclarecimentos sobre a pasta

CFT & CFFC - COMISSÕES DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE / A Definir, 10h00

Reunião de Comparecimento de Ministro(a) - Tema: Reunião de comparecimento do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad para, dentre outros, discutir o [PL 1087/2025](#) (*Reforma do Imposto de Renda*); para a exposição da leitura que o governo faz da economia do país, seus desafios e prioridades para o ano de 2025; prestar esclarecimentos sobre a recente divulgação oficial do novo programa de crédito consignado lastreado nos recursos do FGTS.

CTRAB - COMISSÃO DE TRABALHO / Anexo II, Plenário 12, 10h00

REQ 40/2025 - Institui o Programa de Inclusão Social do Trabalhador Informal (Simples Trabalhista) para as microempresas e empresas de pequeno porte de que trata o art. 3º da Lei Complementar nº 123 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), de 14 de dezembro de 2006, na forma que especifica. Item nº 10.

Convidados:

- Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Representante da Central Única do Trabalhador (CUT);
- Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (CONTRACS);

- Representante do Ministério Público do Trabalho (MPT);
 - Representante da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT);
 - Representante da ANAMATRA; e
 - Representante do Departamento Intersindical, de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).
- Autor: Alexandre Lindenmeyer (PT/RS)

PDL 169/2024 - Susta, nos termos do art. 49, V e X, da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 11.795, de 23 de novembro de 2023 e da Portaria MTE nº 3.714, de 24 de novembro de 2023. Item nº 20.

Autor: Adriana Ventura (NOVO/SP)

Relator: Bohn Gass (PT/RS)

Parecer: Pela rejeição.

CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO / Anexo II, Plenário 05, 10h00

PL 5873/2019 - Altera a Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Item nº 9.

Autor: Kim Kataguirí (UNIÃO/SP)

Relator: Daniel Almeida (PCDOB/BA)

Parecer: Pela rejeição deste e do Substitutivo adotado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 10h00

PL 1352/2022 - Institui a "Semana Nacional de Combate aos Crimes na Internet" nas escolas públicas. Item nº 86. institui a Semana Nacional de Combate aos Crimes na Internet, a ser realizada, anualmente, nas escolas públicas de Explicação: ensino fundamental e médio, durante a última semana do mês de agosto. Durante tal evento, serão realizadas atividades coordenadas em nível nacional, estadual, distrital e municipal, com o objetivo de, entre outros: conscientizar e educar as crianças e adolescentes sobre o uso responsável da internet; apresentar os delitos informáticos e suas sanções; e, difundir noções sobre o cyberbullying, bem como as suas implicações na vida das vítimas.

Autor: Francisco Jr. (PSD/GO)

Relator: Chris Tonietto (PL/RJ)

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo.

CVT - COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES / Anexo II, Plenário 11, 10h45

PL 1317/2023 - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para regulamentar os veículos autônomos terrestres, e dá outras providências. Item nº 31.

Explicação: altera o CONTRAN para regulamentar a atuação de veículos autônomos terrestres, inclusive criando o cadastro nacional de registro de incidentes e acidentes com estes tipos de veículos.

Autor: Alberto Fraga (PL/DF)

Relator: Antonio Carlos Rodrigues (PL/SP)

Parecer: Pela aprovação deste, e do PL 3641/2023, apensado, com substitutivo.

PL 2559/2023 - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer a obrigatoriedade de disponibilidade de internet em alta velocidade nos veículos de transporte escolar, nos termos que especifica. Item nº 32.

Autor: Júnior Mano (PSB/CE)

Relator: Rubens Otoni (PT/GO)

Parecer: Pela rejeição deste.

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR / Anexo II, Plenário 08, 11h00

PL 6119/2023 - Altera o Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o uso fraudulento de inteligência artificial. Item nº 5.

Explicação: Trata do crime de "Fraude publicitária com uso de inteligência artificial", caracterizado como "Criar, utilizar e propagar vídeos de pessoas famosas ou anônimas criados por inteligência artificial com a finalidade de manipular, enganar e induzir a erro consumidores", com pena de reclusão, de 4 a 8 anos, e multa.

Autor: Kim Kataguirí (UNIÃO/SP)

Relator: Gisela Simona (UNIÃO/MT)

Parecer: Pela aprovação deste, e do PL 896/2024, apensado, com substitutivo.

PL 1954/2022 - Dispõe sobre o tempo como bem de valor jurídico essencial para o exercício dos direitos da personalidade, devendo ser considerado para fins de reparação integral dos danos ao consumidor. Item nº 19.

Explicação: entre outros, reconhece o tempo como um bem de valor jurídico e altera o Código de defesa do Consumidor para considerar, para fins de indenizações, práticas abusivas condutas do fornecedor que impliquem na perda de tempo do consumidor. Além disso, determina que o fornecedor de serviços deverá utilizar de todos os esforços para prevenir a perda de tempo indevida do consumidor.

Autor: Carlos Veras (PT/PE)

Relator: Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP)

Parecer: Pela aprovação deste, com substitutivo.

PL 2622/2022 - Dispõe sobre a segurança de aplicativos bancários para dispositivos móveis. Item nº 20.

Explicação: projeto estabelece que os aplicativos utilizados para acesso a consulta ou movimentação bancária deverão obrigatoriamente pedir a senha ou identificação biométrica do dispositivo móvel antes de carregar a tela inicial. Além disso, deverão: i) avisar e solicitar a concordância expressa do usuário se o dispositivo estiver conectado numa rede wi-fi pública ou de baixa segurança; ii) proporcionar opção para que o usuário possa bloquear temporariamente o acesso do aplicativo através de outro dispositivo móvel. Outra obrigação prevista é a da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) de manter número único para acesso a central telefônica, na qual o usuário que tiver seu aparelho furtado poderá efetuar o bloqueio temporário de todos os aplicativos de todos os bancos conveniados. Por fim, fica de responsabilidade exclusiva da instituição bancária a restituição de movimentações fraudadas, efetuadas por terceiros, que aproveitem alguma falha de segurança comprovada.

Autor: Domingos Neto (PSD/CE)

Relator: Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP)

Parecer: Pela aprovação deste, e do PL 3055/2023, apensado, com substitutivo.

OUTROS EVENTOS / Auditório Freitas Nobre, 13h00

Reunião Técnica - Tema: Estrutura Tributária Regressiva: R\$ 1 trilhão para os juros da dívida

CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO / Anexo II, Plenário 11, 14h00

REQ 18/2025 - Solicita que seja convocado o Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações, Frederico de Siqueira Filho, para prestar esclarecimentos sobre a participação de representantes estrangeiros, especificamente da República Popular da China, nas discussões sobre a regulamentação das redes sociais no Brasil. Item nº 7.

Autor: Gustavo Gayer (PL/GO)

REQ 20/2025 - Solicita a convocação do Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, a fim de prestar esclarecimentos sobre as políticas de coordenação, enquanto unidade central do Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo Federal - SICOM, junto aos órgãos da Administração Direta e Indireta a respeito de divulgação de medidas educativas e informativas à população para evitar ser vítima de crimes, principalmente com o emprego de ardiloso ou fraude, inclusive em meio digital. Item nº 9.

Autor: Marcel Van Hattem (NOVO/RS)

PL 12/2015 - Dispõe sobre a utilização de sistemas de verificação biométrica e dá outras providências. Item nº 13.

Autor: Lucas Vergilio (SD/GO)

Relator: David Soares (UNIÃO/SP)

Parecer: Pela aprovação deste, dos PLs 4612/2019 e 4901/2019, apensados, com Substitutivo.

PL 1585/2019 - Altera o Decreto Lei 2.848 de 20 de dezembro de 1940, altera a 12.965 de 23 de abril de 2014 e dá outras providências. Item nº 14.

Autor: Dr. Jaziel (PL/CE)

Relator: Cleber Verde (MDB/MA)

Parecer: Pela aprovação deste, dos PLs 1797/2019, 2285/2019, 2463/2019, 1785/2023, 2827/2023, 4028/2023, 1798/2023, 2048/2023, e 2691/2023, apensados, com Substitutivo.

PL 3172/2019 - Dispõe sobre a adiamento do vencimento das faturas cobradas por fornecedores de serviços continuados. Item nº 66.

Explicação: serviços de natureza continuada são aqueles em que existe um contrato de prestação de serviço sem prazo final definido ou cujo prazo contratado ultrapasse 6 meses.

Autor: Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO/TO)

Relator: Cleber Verde (MDB/MA)

Parecer: Pela aprovação deste, dos PLs 3335/2019, 4181/2019, e 6339/2019, apensados, e pela aprovação do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor (CDC), com Substitutivo.

PL 4225/2020 - Altera a Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997, para dispor sobre a possibilidade de conversão de multa aplicada a empresas de telecomunicações em investimento em infraestrutura. Item nº 67.

Explicação: o investimento em infraestrutura deverá visar a melhoria da cobertura e da qualidade de seus serviços, especialmente nas áreas rurais, nos termos da Lei 7.347, de 24 de julho de 1985, o qual deverá conter cronograma físico-financeiro dos investimentos.

Autor: Marcelo Brum (REPUBLICANOS/RS)

Relator: David Soares (UNIÃO/SP)

Parecer: Pela aprovação deste e do PL 799/2023, apensado, com Substitutivo.

PL 5318/2020 - Dispõe sobre a criação de aplicação de internet destinada ao envio de demandas a órgãos de segurança pública, em casos de emergências. Item nº 68.

Explicação: obriga o Poder Público federal a criar uma aplicação de internet destinada ao envio de demandas a órgãos de segurança pública, em casos de emergência, que deverá estar disponível para acesso por meio de página na internet e por meio de aplicativos para smartphones, nos principais sistemas operacionais existentes para esses dispositivos.

Autor: Edna Henrique (REPUBLICANOS/PB)

Relator: Fred Linhares (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela aprovação deste, com Substitutivo.

PL 3046/2022 - Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para disciplinar o procedimento relativo ao bloqueio de contas de membros do Congresso Nacional nas redes sociais da Internet. Item nº 73.

Explicação: torna "medida cautelar de caráter excepcionalíssimo", a exclusão, cancelamento, bloqueio ou suspensão de serviços e funcionalidades da conta ou do perfil em plataforma de rede social, de usuário membro do Congresso Nacional

Autor: Sóstenes Cavalcante (PL/RJ)

Relator: Gustavo Gayer (PL/GO)

Parecer: Pela aprovação.

PL 2112/2023 - Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, obrigando as empresas responsáveis pelo provimento de serviços de aplicativos de relacionamento a condicionarem o acesso ao cadastramento prévio do CPF do usuário. Item nº 74.

Autor: Jonas Donizette (PSB/SP)

Relator: Lucas Ramos (PSB/PE)

Parecer: Pela aprovação deste e do PL 2811/2023, apensado, com Substitutivo.

PL 5956/2023 - Altera o Marco Civil da Internet para obrigar os provedores a notificar as autoridades sobre práticas aparentes ou iminentes de abuso sexual infantojuvenil. Item nº 78.

Autor: Fred Costa (PRD/MG)

Relator: Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela aprovação deste, e da Emenda ao Substitutivo 1/2024 CCOM, com Substitutivo.

PL 1845/2024 - Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), ampliando o conjunto de informações a serem armazenadas pelos provedores de conexão e de aplicação de internet para fins de apuração de ilícitos. Item nº 80.

Explicação: determina a inclusão da porta lógica no conjunto de informações a serem armazenadas pelos provedores de conexão e de aplicação para efeito da investigação de condutas ilegais.

Autor: Gilvan Maximo (REPUBLICANOS/DF)

Relator: Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

PL 3435/2024 - Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir o uso preferencial de reconhecimento facial e verificação de identidade no cadastramento de usuários em redes sociais e serviços de mensageria. Item nº 82.

Explicação: Acrescenta dispositivos ao Marco Civil da Internet para determinar às redes sociais ou de mensageria eletrônica a utilização preferencial de tecnologias de reconhecimento facial e verificação de identidade no ato do cadastro de novos usuários.

Autor: Ricardo Ayres (REPUBLICANOS/TO)

Relator: Gilvan Maximo (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela aprovação deste, com Substitutivo.

CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO / Anexo II, Plenário 11, 15h30

Audiência Pública - Tema: Responsabilidade das plataformas digitais e proteção de dados pessoais de crianças e adolescentes.

Convidados:

- Carlos Affonso de Souza, representante ITS;
- Daniele Kleiner, representante Alandar;
- Gustavo Borges, representante do Laboratório de Direitos Humanos e Novas Tecnologias (Lab Sul);
- Lucas Borges, representante da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- Mariana Rielli, co-diretora do *Data Privacy* Brasil;
- Pilar Ramirez, representante ICMEC; e
- Roberta Jacarandá, representante do Conselho Digital.

SENADO FEDERAL

Terça-feira (20/05)

CI - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, 09h01

PL 4524/2020 - Altera a Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995; a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, para dispor sobre o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer mecanismos para ampliar o acesso à internet e promover a inclusão digital. Item nº 2.

Explicação: dentre outros, dispõe sobre a ampliação do escopo dos recursos do Fundo, acesso das empresas ao mercado de crédito, inclusive dos pequenos provedores, e medidas para assegurar que as licitações de radiofrequência não sejam realizadas com viés exclusivamente arrecadatório.

Autor: Confucio Moura (MDB/RO)

Relator: Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Parecer: Pela prejudicialidade.

CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 10h00

PLP 167/2024 - Institui o Programa Acredita Exportação; e altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nºs 13.043, de 13 de novembro de 2014, 11.945, de 4 de junho de 2009, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a fim de ampliar benefícios para determinados serviços nos regimes aduaneiros especiais de drawback e do Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (Recof) e incentivar as exportações brasileiras, especialmente as dos pequenos negócios. Item nº 2.

Autor: Poder Executivo

Relator: Eduardo Braga (MDB/AM)

Parecer: Favorável ao projeto.

PL 4783/2020 - Institui o Código de Defesa do Empreendedor; e altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985. Item nº 5.

Autor: Vinicius Poit (NOVO/SP)

Relator: Alan Rick (UNIÃO/AC)

Parecer: Pela aprovação.

CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA/ Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 14h00

Audiência Pública - Tema: Debater as infrações, as penalidades e os encargos moratórios do IBS, bem como as regras sobre o processo administrativo tributário desse imposto, previsto no [Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024](#), que "institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS); dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição do produto da arrecadação do IBS aos entes federativos e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD); altera as Leis nºs 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), 1.079, de 10 de abril de 1950, e 14.113, de 25 de dezembro de 2020, as Leis Complementares nºs 63, de 11 de janeiro de 1990, 87, de 13 de setembro de 1996, 123, de 14 de dezembro de 2006, e 141, de 13 de janeiro de 2012, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972".

Convidados:

- Manoel Nazareno Procópio de Moura Júnior, diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária (Sert);
- Ana Claudia Borges de Oliveira, presidente da Associação dos Conselheiros Representantes dos Contribuintes no Carf (Aconcarf);
- Susy Gomes Hoffmann, advogada e doutora em Direito Tributário;
- Zabetta Macarini, diretora-executiva do Grupo de Estudos Tributários Aplicados (Getap);
- Vicente Martins Prata Braga, presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (Anape);
- Anne Karole Silva Fontenelle de Britto, presidente da Associação Nacional das Procuradoras e dos Procuradores Municipais (ANPM);
- Francelino Valença, presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco);
- Ricardo Luiz Oliveira de Souza, auditor fiscal da Receita Estadual de MG, representante do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz);
- Fabricio das Neves Dameda, auditor fiscal do Município de Porto Alegre, representante da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP);
- Miqueas Liborio de Jesus, auditor fiscal do Município de Joinville/SC, representante da Confederação Nacional de Municípios (CNM);
- Antônio Ricardo Alvarez Alban, Presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI).

Quarta-feira (21/05)

CAS - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, 09h00

PL 5228/2019 - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir o contrato de primeiro emprego e o contrato de recolocação profissional. Item nº 9.

Autor: Irajá

Relator: Renan (MDB/AL)

Parecer: Pela aprovação, com duas emendas (de redação) que apresenta, e ressalvada a supressão dos arts. 441-N a 441-Y da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 5228, de 2019 (Substitutivo-CD).

CCT - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 10h00

Audiência Pública - Tema: Instruir o [PL 3018/2024](#), que “dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial”.

Convidados:

- Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
- Representante do Ministério de Minas e Energia (MME);
- Miriam Wimmer, Diretora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- Renan Lima Alves, Presidente da Associação Brasileira de Data Centers (ABDC); e
- Gleysson Klynger de Moura Araújo, CEO da Everest Digital.